



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

KEILLA MONTEIRO DE ALENCAR RAMOS

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

CAMPINA GRANDE – PB
2014

KEILLA MONTEIRO DE ALENCAR RAMOS

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do título de especialista em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, um convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba.

Orientadora: Prof(a) ANA PATRÍCIA FREDERICO SILVEIRA

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.


R175f Ramos, Keilla Monteiro de Alencar.
A função social da escola pública [manuscrito] / Keilla Monteiro de Alencar Ramos. - 2014.
58 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Ana Patrícia Frederico Silveira , Departamento de Letras e Artes - CEDUC."
1. Educação. 2. Função Social. 3. Escola Pública. I. Título
21. ed. CDD 370.1

KEILLA MONTEIRO DE ALENCAR RAMOS

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do título de especialista em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, um convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba.

Aprovada em 26/07/2014



Profa Dra. ANA PATRÍCIA FREDERICO SILVEIRA/UEPB
Orientadora



Prof. Dr. ALESSANDRO FREDERICO DA SILVEIRA/UEPB
Examinador



Profa Dra. CLÉA GURJÃO CARNEIRO/UEPB
Examinadora

A Deus, pela sabedoria que me foi dada,
à minha família, principalmente a minha
filha Talita e aos colegas de curso que
estiveram presentes nesta grande
caminhada de sucesso e vitória,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela minha existência;

À minha mãe Ana, a meu pai Sydney (in memoriam), à minha irmã Syana, ao meu sobrinho Daniel e à minha filha Talita;

À minha orientadora ANA PATRÍCIA FREDERICO SILVEIRA;

À Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, entre professores, alunos, funcionários e técnico-administrativos;

Aos colegas de classe, em especial Jeane e Luzinete.

Meus cumprimentos a todos!

“Mantenha a fidelidade e a sinceridade
como os primeiros princípios”
(CONFÚCIO, 2003, p. 8).

RESUMO

Uma das conquistas da sociedade e da educação no século XX foi a democratização da escola pública, tornando-se esta, uma “escola para todos”. Mas esta conquista trouxe e traz consigo inúmeros desafios para a instituição citada, dentre eles, a definição do papel social que a mesma irá desenvolver na sociedade. Assim, este trabalho, intitulado de “A Função Social da Escola Pública”, teve como objetivo analisar como a escola vem cumprindo sua função social, explicitando a prática educativa desenvolvida nas escolas estaduais do ensino fundamental II na cidade de Patos – PB, intencionando uma análise da função social da escola e suas implicações sociais na formação do aluno. Baseado em autores como Gadotti (2001), Libâneo (2003), Saviani (2003), Sacristán (2001), Delval (1998) e Mantoan (2006), dentre outros, buscou-se compreender as implicações sociais que a escola pode ter na formação do indivíduo, tendo em vista a formação deste para o exercício da cidadania. A partir do estudo teórico-científico sobre a função social da escola e a definição da mesma como espaço de diversidade, caracterizou-se a prática pedagógica educativa de escolas urbanas de ensino fundamental II do município de Patos – PB, analisando-se a função das mesmas para a formação pessoal e social do educando. A referida pesquisa foi realizada por meio de uma amostragem do total de escolas citadas, onde se pôde confrontar e (re) significar a pesquisa bibliográfica por meio de dados concretos. Por fim, as investigações sobre o compromisso e efetivação da função social da escola deve ser um tema de constante discussão e redescoberta e que, dependendo de sua prática, a escola pode constituir-se como instrumento de reprodução de uma sociedade excludente, ou ser um espaço de reflexão e ação na busca de transformações sociais.

Palavras Chaves: Função Social, Escola Pública, Diversidade.

ABSTRACT

One of the achievements of society and education in the twentieth century was the democratization of the public school, making this a "school for all". But this victory brought and brings many challenges to the institution mentioned, including the definition of the social role that it will develop in society. This work, titled "The Social Function of Public School", aimed to analyze how the school has been fulfilling its social function, explaining the educational practice developed in state primary schools in the city of Patos - PB, intending one analysis of the social function of the school and its social implications in student education. Based on authors like Gadotti (2001), Libâneo (2003), Saviani (2003), Sacristan (2001), Delval (1998) and Mantoan (2006), among others, sought to understand the social implications that the school may have in formation of the individual, with a view to the formation of this citizenship. From the theoretical and scientific study of the social function of the school and the same definition as space diversity, characterized the educational teaching practice in state primary schools by analyzing the function of the same for personal and social education of the student. That survey was conducted through a sample of the total schools cited, where could confront and (re) define the literature through concrete data. Finally, investigations on the commitment and effectiveness of the social function of the school should be a subject for discussion and rediscovered and, depending on their practice, the school can constitute itself as an instrument of reproduction of an exclusive society, or be a space for reflection and action in the pursuit of social change.

Keywords: Social Function. Public School. Diversity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 OBJETIVOS.....	10
1.1.1 Objetivo geral.....	10
1.1.2 <i>Objetivos específicos</i>	<i>10</i>
2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: aspectos sócio-históricos.....	11
2.1 Educação e Sociedade Brasileira: a atuação da escola pública ao longo da história.....	14
2.2 Subsídios da sociologia educacional à concepção de escola pública.....	21
3 INCLUSÃO: a escola vista como espaço de diversidade.....	25
3.1 A função social do ensino concretizada na sala de aula.....	29
4 MATERIAIS E MÉTODOS: caracterizando o campo de investigação....	34
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: a função social das escolas públicas estaduais de Patos- PB.....	35
6 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES.....	52

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento de intelectuais, pensadores, educadores e movimentos no período da redemocratização do Brasil, principalmente no final da década de 1980, que defendiam a propagação da escola pública como fator favorável à construção de uma sociedade mais democrática, e uma vez que, a educação passou a ser destinada a todos, cresceu a luta por uma nova escola. Atualmente, apesar de se haver difundido que a escola busca a formação do indivíduo como um todo para o exercício da cidadania, verifica-se que essas ideias não têm sido tão sistematizadas no cerne das instituições escolares.

Desse modo, pensar na construção de um estudo que trate da função social da escola pública advém da necessidade de larguear espaços para uma discussão acerca da temática, pois se observa que, apesar de haver debates e diálogos sobre o assunto, estes têm por vezes se perpetuado nos discursos, mas não contemplam a análise de como esta ação vem ocorrendo de fato. Assim sendo, a escolha dessa temática ainda busca considerar que a escola pode constituir-se como um significativo instrumento de transformação da realidade social excludente, oriunda de uma sociedade de classes, ou infelizmente, a mesma escola pode apenas perpetuar as situações de discriminação e indiferença já existentes na sociedade.

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica baseada em autores como Gadotti (2001), Libâneo (2003), Saviani (2003), Sacristán (2001), Delval (1998), Mantoan (2006), entre outros. Através dos mesmos buscou-se confrontar as concepções e histórias da escola pública, abordando-se, a partir de Sacristán, um contexto geral sobre a educação obrigatória e a caracterização da escolarização em massa e, sob a ótica dos demais, analisou-se especialmente o quadro brasileiro em relação à problemática levantada, ou seja, como esta instituição social vem desenvolvendo seu papel diante da necessidade de a comunidade escolar definir bem os objetivos a serem alcançados por meio de suas ações.

A abordagem teórico-científica ganha significado a partir da pesquisa de campo, com caráter quantitativo e qualitativo, tendo em vista expressões objetivas e subjetivas acerca das questões apresentadas e desenvolvidas em escolas estaduais e urbanas do ensino fundamental do município de Patos – PB, por meio da

aplicação de questionários destinados a professores de ensino fundamental, alunos do 9º ano e seus respectivos pais.

De acordo com os objetivos apresentados, o presente estudo foi organizado em três seções apresentadas a seguir. Na primeira seção, discute-se sobre a função social da escola em seus aspectos sócio-históricos. Na segunda seção, apresenta-se a questão da Inclusão: a escola vista como espaço de diversidade, em que se analisa, de forma geral, as novas implicações e os desafios que foram postos à escola, à medida que ela se massifica e torna-se aberta a todos.

Por fim, há a caracterização da prática educativa desenvolvida no campo de investigação, observando-se as implicações dessa instituição na formação pessoal e social do indivíduo. Depois, encontra-se a explicitação dos dados obtidos, seguida de análises e discussões acerca dos mesmos.

Portanto, a leitura desse trabalho proporcionará ao leitor situar-se em relação às concepções de escola pública defendidas ao longo da história, bem como à função social desta na atualidade e ainda compreender as influências sofridas e exercidas pela escola em relação ao ritmo de desenvolvimento e organização da sociedade.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar como a escola vem cumprindo sua função social.

1.1.2.1 Objetivo Específico

- Discutir sobre a função social da escola;
- Caracterizar a escola enquanto espaço de diversidade e inclusão;
- Explicitar a prática educativa desenvolvida nas escolas estaduais do ensino fundamental II na cidade de Patos – PB, tendo em vista uma análise da função social da escola e suas implicações sociais na formação do aluno.

2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: aspectos sócio-históricos

Quando se pensa em construir um estudo a respeito da função social da escola, percebe-se que é necessário suscitar e compreender como esta surgiu e que concepções foram se estabelecendo primordialmente sobre a mesma. Sendo assim, verifica-se a necessidade de entender pressupostos básicos tais como os seguintes questionamentos: a que interesses a escola deveria atender? Quais saberes, conhecimentos, comportamentos e atitudes o indivíduo deveria apreender após determinado período na escola?

Assim, observados tais aspectos, o presente estudo tratará inicialmente sobre o surgimento da escola, dos interesses e expectativas da sociedade em relação à mesma e a defesa pela massificação da escolarização como exercício de uma sociedade democrática para, então, caracterizar diante desses pontos a função social da escola.

Houve um momento em que saberes e conhecimentos eram passados de geração em geração, e a educação era concebida empiricamente. E, mesmo quando a transmissão citada era realizada sob a luz da ciência, não havia estudo sócio histórico dos conteúdos, sendo estes apresentados de uma mesma forma para todos os grupos, não se propagando a educação como processo complexo e não existindo tanta necessidade de que uma instituição a sistematizasse aos indivíduos. Sobre este aspecto Delval (1998, p. 50)

A necessidade da escola deriva da complexidade da ordem social como do próprio saber. Nas sociedades primitivas, os conhecimentos são comuns a todos os membros da sociedade e não existe especialização. Mas, assim, que a sociedade começar a diferenciar-se são necessárias instituições onde esses conhecimentos sejam transmitidos.

Percebe-se com isso que, independentemente de a forma como as práticas pedagógicas sejam desenvolvidas e do período sócio político e histórico-cultural vivenciado, a escola surge desde sempre para desenvolver determinada função social, que prioritariamente seria a de sistematizar os conhecimentos elaborados e transmitidos nos diferentes grupos sociais, mas não de forma linear, nem tampouco homogênea.

Todavia, após o surgimento da escola iniciou-se um processo de discussões e análises sobre a necessidade ou não da expansão da instituição escolar, no sentido de promover o acesso de todos.

Se nas sociedades modernas, ou em boa parte delas, tem-se a convicção da realidade da escolarização em massa como uma prática exitosa e valorosa na evolução da vivência social, importa saber que nem sempre foi assim. Sacristán (2001, p. 14) expõe claramente como nesta sociedade moderna concebe-se a ideia e a defesa de escola para todos, e como outrora existiam divergências sobre os efeitos benéficos e/ou maléficos que a escolarização em massa traria para a sociedade

A escolarização em massa é uma realidade ou um ideal que define as sociedades modernas como tais e que é apreciada como uma condição do progresso material e espiritual dos indivíduos e da sociedade, não discutida por ninguém.

Sobre as controvérsias acerca da valoração do processo de massificação da escola, Sacristán (2001, p. 14) expõe:

Trata-se de um consenso que nem sempre foi assim e que esteve longe de ser aceito sem dificuldades no século XIX, quando se debatia a conveniência ou não de proporcionar educação às massas. Quanto mais retrocedermos no tempo, mais mostras dessas dúvidas serão encontradas.

Embora existissem conflitos de época e de aceitação da escola ou não, o surgimento desta, como instituição social já se instaurava como uma realidade, uma vez que já se tinha o pensamento e a defesa das instituições escolares, as quais interferiam, desde seu surgimento, na vivência e no desenvolvimento da sociedade. Portanto, definir uma função social a ser acrescida à escola era mais que um requisito ou pressuposto, era, sobretudo, uma característica intrínseca da mesma. Aqueles, a quem a escola oferecia o acesso, eram desde sempre seres sociais, à medida que se descobriam dinâmicos e em formação. Já a escola, além de coexistir com as modificações ocorridas no espaço em que estes estavam inseridos, deveria igualmente acompanhá-los, para que sua prática não se tornasse obsoleta.

Entre os que defendem ou são contrários à propagação e à massificação da escola, destacam-se aqueles os quais acreditam em que, se a permanência na escola for para a sustentação de determinada ordem vigente, melhor será que a

educação seja concebida informalmente nos grupos ou nas comunidades e não necessariamente entre os muros das escolas. Por outro lado, há os que defendem que não existe outro espaço mais propício para o desenvolvimento dos saberes e a formação do indivíduo do que a escola.

Desde os primórdios, a sociedade fora ainda marcada pela divisão de classes, de interesses divergentes, de políticas e defesa pela escola que se contrapunham, cabendo a esta atender em primazia os ideais dos grupos que se sobressaíam em diferentes contextos.

Voltando-se agora, exclusivamente para a função da escola na sociedade moderna em geral, onde não se concebe a ideia de homem em uma perspectiva meramente comportamentalista, naturalista ou tão somente humanista, mas sim, o homem holisticamente em formação, a função da escola enquanto instituição social seria, além de promover o acesso aos saberes e conhecimentos científicos, fornecer informação e direcionamento ao indivíduo como ser agente, para que faça usufruto dos saberes dantes disponibilizados em sua vida cotidiana nas instituições escolares, sendo de fato um cidadão.

Faz-se ainda necessário ressaltar que, quanto mais a escolarização é direcionada e obrigatória a todos, mais a complexidade do trabalho a ser desenvolvido no interior das instituições também se intensifica. Agora não é tão somente à diferença de classes que a escola atenderá, mas a uma diversidade étnica, religiosa e cultural, com tal abrangência e requerendo forma tão mais significativa, que as instituições tenham claramente explícito o papel que irão desenvolver.

Por isso há a necessidade de a escola assumir o caráter de instituição sócio-educacional frente à clientela complexa que atenderá e de a sua função de difusora dos conhecimentos diversificados produzidos pela humanidade e de aliada do processo democrático. Sobre isso, fala Libâneo (2003, p. 75)

A contribuição da escola para a democratização está no cumprimento da função que lhe é própria: a transmissão / assimilação ativa do saber elaborado. Assume-se, assim, a importância da difusão da escolarização para todos e o do desenvolvimento do ser humano total, cujo ponto de partida está em colocar à disposição das camadas populares os conteúdos culturais mais representativos do que de melhor se acumulou, historicamente, do saber universal, requisito necessário para tomarem partido no projeto histórico-social de sua emancipação humana.

Aparentemente, confundem-se o sentido de função social com a função pedagógica desenvolvida pela escola. Mas ao passo que se compreende que ambas não ocorrem de maneira dissociada, mas integram-se e partem de um mesmo eixo – o papel da escola - pode-se chegar à conclusão de que quando a escola fornece ao indivíduo a formação exposta por Libâneo anteriormente, ela estará de fato exercendo sua função social, condicionando o indivíduo a uma vida em sociedade mais completa e ativa.

Portanto, como citado no início, antes de questionar-se sobre a função social da escola (agora escola pública para todos) é imprescindível situá-la em um espaço e em determinado contexto histórico desde o seu surgimento até a atualidade. E, em seguida, será apresentado como a escola pública caracterizara o seu papel no Brasil, por meio de uma reflexão acerca da atuação da escola na história da educação e da sociedade brasileira.

2.1 Educação e Sociedade Brasileira: a atuação da escola pública ao longo da história

O filósofo e estudioso da escola pública e da história da educação brasileira, Demerval Saviani (2003), na Conferência de abertura da Jornada do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas: História, sociedade e Educação no Brasil¹, citou que a expressão escola pública tem pelo menos três definições. Uma primeira, identificando escola pública como “aquela que ministra o ensino coletivo por meio do método simultâneo, por oposição ao ensino ministrado por preceptores privados”, definição esta concebida até o final do século XVIII.

Ainda sob a concepção de Saviani (2003), a segunda definição de escola pública estaria ligada à ideia de “escola em massa, destinada à educação de toda a população”, a qual foi difundida no século XIX e objetivou organizar os sistemas nacionais de ensino.

E a última concepção faria referência à ideia de escola pública como estatal, tratando-se da escola “organizada e mantida pelo Estado e abrangendo todos os

¹ Conferência de abertura da Jornada do HISTEDBR sobre o tema história da Escola Pública na Brasil. Salvador, 9-12 de julho de 2012. In: Revista de CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, nº 08 – ANO 05 – 2003.

graus e remos de ensino”. É esta última compreensão que se sobressai atualmente, segundo os estudos do filósofo Demerval Saviani.

Vê-se que o entendimento de escola pública não fora único em todos os períodos da história da educação e da sociedade brasileira, até mesmo porque deveria atender à determinada necessidade surgida, e ainda que pelas concepções apresentadas por Demerval Saviani, vê-se a escola no seu sentido, sobretudo institucional, não se falando, até então, de concepções e/ou práticas escolares a serem desenvolvidas.

Baseando-se na história da educação brasileira e como a escola está presente nos diferentes momentos dessa, far-se-á um breve percurso desde o surgimento da escola pública até os dias atuais.

De acordo Saviani (2003), a origem da escola pública e/ou do ensino público não institucionalizado no Brasil, ocorreu em um período no qual a educação confundia-se com a educação religiosa católica, aplicada por intermédio dos jesuítas vindos para o Brasil e com o apoio do Rei de Portugal, D. João III.

Tendo sido desenvolvido em meados dos anos 1550, o plano de ensino *Ratio Studiorum*, beneficiava a formação das elites nas chamadas “humanidades” e era ensinado nos colégios e seminários que foram sendo criados nos principais povoados.

Daí, houve uma primeira atuação de “escola” de ambiente organizado onde se desenvolvia o ensino gratuito, já que contava com incentivo e subsídio da Coroa Portuguesa, vindo a chamar-se “educação pública religiosa”. Conforme Gadotti (2006, p. 231) via-se que a educação jesuítica estava destinada “[...] à formação das elites burguesas, a fim de prepará-las para exercerem hegemonia cultural e política.”

Quando o Marquês de Pombal expulsou, em 1759, os jesuítas, iniciou-se um outro período de transformações em relação ao ensino público, por meio da “reforma pombalina de instrução pública”, caracterizada pelo iluminismo vivenciado na Europa.

Mesmo tendo a iniciativa de instaurar uma educação pública estatal baseada nas ideias laicas iluministas, e mesmo com o fechamento dos colégios jesuítas, o ideal de educação propagado acabou não sendo mais que um projeto, já que não havia mestres formados adequadamente – todos tinham a formação jesuítica – e os recursos fornecidos à Colônia eram insuficientes.

Todavia, a propagação dos ideais iluministas propiciaram a influência das ideias europeias também em países americanos, inclusive no Brasil, sustentando movimentos reais que visavam à autonomia política desses países.

Após a disseminação das ideias iluministas no contexto educacional e escolar do Brasil, iniciou-se outro período da história da Educação brasileira, o qual estabelece no país um regime monárquico. Para o filósofo Demerval Saviani (2003), emergia neste contexto também uma interrogativa, como se estivesse questionando-se sobre o lugar que a Educação pública ocuparia com a instauração de um Estado nacional.

Nessa época, retomou-se a discussão acerca do problema nacional da instrução pública, especificamente no ano 1826, quando foi reaberto o Parlamento do Estado, fazendo-se surgir várias sugestões nesse sentido, dentre elas o projeto estruturado por Januário da Cunha Barbosa, em que o mesmo pretendia apresentar o esboço do ensino organizando-o em quatro graus.

O primeiro denominado como “Pedagogias”, ao qual caberia a abordagem dos conhecimentos rudimentares a todos os indivíduos, independentemente da sua situação social e profissão. Com esse primeiro grau viu-se a preocupação de se organizar um ensino que, de certa forma, preocupar-se-ia com a promoção do acesso de todos aos conhecimentos instrucionais e educacionais de primeira instância.

O segundo, denominado de “Liceus”, enfocaria a formação profissional, que compreenderia os conhecimentos ligados à agricultura, à arte e ao comércio, tendo assim a preocupação de seguimento e continuação dos graus de ensino, abrangendo a formação do indivíduo em diferentes aspectos.

Já o terceiro, referir-se-ia aos conhecimentos científicos gerais, introduzindo o estudo aprofundado das ciências, interligado à cultura erudita. Esse grau foi denominado de Ginásios.

O quarto e último grau, ou seja, as Academias, abordaria o ensino das ciências contemplativas e de observação, consideradas expansivas e relacionadas com as diferentes manifestações de ordem social, compreendendo ainda o estudo das ciências morais e políticas. No projeto estava ainda incluso o detalhamento das finalidades e conteúdos de cada grau abordado.

Todavia, o projeto citado, não ocupou sequer espaço nas discussões da Câmara de Deputados. Ao contrário, estes deram preferência a um projeto mais

simplista que abordava apenas a escola elementar, resultando na Lei de 15 de outubro de 1827 que determinava a criação de “escolas de primeiras letras”. Nestas, os professores deveriam ensinar a leitura, a escrita, as quatro operações da aritmética, a prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e da doutrina religiosa católica e apostólica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos.

Até este período da História da Educação, os projetos mais estruturados e que requeressem uma maior análise e, conseqüentemente, um trabalho mais criterioso por parte dos componentes da Câmara dos Deputados, eram tidos como inconvenientes ou não propícios a serem desenvolvidos naquele tempo. E, não obstante no período pombalino ter se disseminado propostas interligadas aos ideais iluministas, em pouco isto influenciou aos que estavam à frente do poder legislativo, no sentido de tomarem decisões que viabilizassem o desenvolvimento de uma educação mais abrangente e de fato incorporada e relacionada com acontecimentos de ordem social.

Parece que a Lei citada anteriormente não promovera de fato a instalação de escolas elementares, isto porque como havia sido proposto, dela não se originou um sistema nacional de instrução pública.

Ainda sobre os períodos de modificações enfrentados pela escola pública, Saviani (2003) afirma que a organização de Assembleias, Reformas e projetos, bem como os debates sobre a importância da educação e a percepção da necessidade de sua organização no âmbito nacional intensificaram-se apenas nas últimas duas décadas do império – 1870 e 1880. O que se teve de avanço foi a articulação de projetos como os de Almeida Oliveira, o qual considerava que a principal questão a ser tratada pelo governo, antes de todas as outras, seria a do ensino; além de o parecer-projeto de Rui Barbosa, no qual estavam inclusos todos os aspectos da educação, desde o jardim de infância ao ensino superior. Contudo, estes e outros projetos educacionais não tiveram andamento, nem o governo nesta época de regime imperial sentiu-se interessado em acompanhar e promover o desenvolvimento dos mesmos.

No período imperial, não houve grandes avanços em relação à sistematização da educação e da instrução pública.

Com a proclamação da República - em 1889-, no plano institucional, houve uma conquista das ideias laicas de educação, decretada pela dissociação entre a Igreja e o Estado e também a abolição do ensino religioso nas escolas. Ainda assim, a Educação Popular não passou a ser uma preocupação do Estado Nacional, ao contrário.

E, mesmo na República, apenas após a Revolução de 1930, é que efetivamente foram confrontadas discussões e movimentos sobre a educação e escola pública como um problema de ordem nacional. Nisso, ocorreu a efetivação de importantes medidas relacionadas à educação nacional, como destaca Saviani (2003, p. 194):

[...] as reformas do Ministro Francisco Campos, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934 que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e a elaboração de um plano nacional de educação; as leis orgânicas do ensino, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por Gustavo Capanema, ministro da Educação do Estado Novo. Mas foi somente em 1946 que viemos a ter uma lei nacional referente ao ensino primário.

Nesta última Lei citada, definiu-se a educação como direito de todos e o ensino primário passou a ser obrigatório e gratuito para todos nas escolas públicas. A união determinava neste mesmo período o trabalho de fixar as diretrizes e instalar um sistema nacional de educação como instrumento para democratizar a educação por meio da universalização da escola, tendo ainda a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, iniciada em 1947.

Ainda sobre um dos importantes acontecimentos citados por Saviani (2003, p. 194), destaca-se o Manifesto dos Pioneiros da educação Nova, que se configurou como um avanço na luta por uma educação democrática e uma escola pública capaz de favorecer o desenvolvimento dessa democracia. Dentre os defensores desse movimento, ressalta-se o intelectual e filósofo da Educação Brasileira, Anísio Teixeira, que acreditava na Escola Pública e a defendia como "*instrumento de controle social*", ou seja, que as práticas vivenciadas na instituição escola favoreciam significativamente a mudança e o progresso da sociedade. Ainda sobre o

modelo de escola ou como devia proceder a Educação Escolar, frente ao progresso citado e à construção do indivíduo, Teixeira (*apud* Passos Júnior², 2003) afirma:

É a isso que chegamos, em face da consciência que hoje temos de que o homem será o que dele fizerem a sociedade e a educação escolar. A sociedade democrática só subsistirá se produzir um tipo especial de educação escolar democrática, capaz de inculcar atitudes muito especiais e particularmente difíceis, por isso que contrárias a velhas atitudes milenárias do homem. Terá que inculcar o espírito de objetividade, o espírito de tolerância, o espírito de investigação, o espírito de ciência, o espírito de confiança e de amor ao homem e da aceitação e utilização do novo [...] com um largo e generoso sentido humano.

É interessante refletir que, sobre a institucionalização da educação e a difusão da escola pública, não houve o seguimento de um caminho linear no que diz respeito às conquistas realizadas. Era preciso que antes fosse analisado se a democratização do ensino e da escola estariam a favor dos interesses do Estado. Um exemplo disso, é que apenas treze anos após o início de sua elaboração é que foi aprovada em 1961, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – e que ainda não correspondeu às expectativas citadas sobre o caminho de realizações que esta lei deveria propiciar.

Dentre as diversas limitações da lei, Saviani (2003, p. 194) destaca dois motivos de isenção de responsabilidade no que concerne ao cumprimento da obrigatoriedade escolar “o comprovado estado de pobreza do pai ou responsável” ou “insuficiência de escolas”. Ao mesmo tempo em que se percebiam as limitações do acesso ao ensino inicial, não se dispunham de instrumentos viáveis para superação dessas limitações.

É importante destacar que, no decorrer do período de vigência da primeira LDB brasileira, o país vivia sob o regime militar que estagnou a experiência democrática que o país vinha vivenciando desde 1946. Com isso, também os ideais para com a educação e a escola passaram a ser bem mais tradicionais e técnicos, cuja a intenção era que nas escolas os indivíduos fossem preparados para subservir o regime instaurado.

² Ver estudo intitulado de *Pioneiros: convergências e divergências na interpretação dos ideais da Educação e Sociedade*, realizado por Dílson Passos Júnior – Professor de Centro UNISAL (Universidade Salesiana) – Lorena; Mestrado em Educação da Universidade de São Francisco Bragança Paulista – SP e publicado na Revista de Ciências da Educação, ano 5, n. 08 – 2003.

Além disso, a LDB 5.692/1971 foi instituída em um período controverso da história brasileira, no qual a classe média encontrava-se eufórica com o período de milagre econômico que ocorria, onde o presidente General Garrastazu Médici incentivava o terror militar e paramilitar, prendendo, assassinando e torturando as lideranças de esquerda que ousassem promover protestos contra a Ditadura. Tornase, por isso, relevante situar também a história da educação e da escola pública no período político vivenciado pelos brasileiros, até para melhor compreender os retrocessos que de certa forma, ocorreram nas conquistas pela democratização e universalização da escola.

Segundo Ghiraldelli Jr., (2006, p. 124) a Lei 5.692/1971 expusera os objetivos gerais para o ensino, já contidos na Lei 4.024/1961, que diziam respeito à necessidade de

[...] proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparado para o exercício consciente da cidadania.

Contudo, há diferenças entre ambas as leis que não podem ser negligenciadas, tendo em vista que a primeira lei (Lei 4.024/1961), refletia princípios liberais que afluíam na democracia dos anos de 1950. Já no caso da Lei 5.692/1971 destacaram-se os princípios da Ditadura Militar. Conforme Ghiraldelli Jr. (2006, p. 124), esses princípios são constatados pela “incorporação de determinações no sentido de uma racionalização perversa do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no Segundo Grau de forma absoluta e universal”.

A respeito destes períodos históricos, e, sobretudo, sobre os movimentos que defenderam a democratização da escola pública no Brasil, o professor José Carlos Libâneo, em sua obra a Democratização da Escola Pública (2003), subdivide essas lutas em quatro momentos principais. O primeiro, entre os anos de 1931 e 1937, correspondendo ao conflito entre católicos e liberais escolanovistas, os quais discutiam as linhas que deveria assumir a política nacional de educação; o segundo, no período de 1956 a 1961, que fez referência ao conflito entre escola pública e escola particular, culminando na aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 4.024/1961; o terceiro entre os anos de 1960 e 1964, caracterizado pelo surgimento dos “movimentos de educação popular”; e, finalmente o quarto, que é

considerado o momento que se tem vivenciado atualmente, iniciado por volta de 1980 e identificado pela mobilização da sociedade em torno da universalização e democratização da escola. É importante ressaltar ainda a elaboração e efetivação da LDB 9.394/96 para as discussões sobre democratização e função da escola no cenário nacional atual.

A intenção da construção deste breve relato sobre a história da educação foi necessária para introduzir posteriores concepções e discussões sobre a democratização da escola pública e seu papel na contemporaneidade. Nisso, será ainda apresentada uma reflexão sobre a escola pública como instituição educacional e essencialmente social.

2.2 Subsídios da sociologia educacional à concepção de escola pública

Viu-se que, em diferentes contextos, a escola sugeriu à sociedade expectativas diferenciadas e, por isso não se pôde compreender a importância da instituição escolar de forma isolada, com um fim em si mesmo, mas sim, colocando-a frente os benefícios e/ou consequências que a sua massificação traria para os interesses díspares das classes sociais.

Importante ainda é recordar que não há como falar em função social das instituições escolares sem situá-las acerca das funções agregadas à educação. E sobre a relação entre a educação e a função social que a mesma vem a desempenhar, o educador Juan Carlos Tedesco (1995, p. 9) apresenta dois enfoques sobre a ação educativa em meio às mudanças sociais:

[...] Em última instância há, na análise da ação educativa, duas posições extremas: uma, que sustenta que a educação se define basicamente pela função reprodutora da ordem social existente e que, portanto, tem um caráter conservador inerente à sua própria natureza, outra, que afirma ter a educação uma função inovadora, garantia de mudanças e progressos, tanto ao nível individual quanto social.

Tão importante quanto as funções citadas pelo autor em relação à educação, é a discussão sobre o papel da escola diante da sociedade e das mudanças e/ou reproduções existentes nesta. Do mesmo modo, a escola poderá ser favorável a um desses aspectos: ou à formação de indivíduos meramente reprodutores da ordem social existente, fazendo um simples paralelo entre a pirâmide social e os que estão

inclusos na instituição escolar; ou ser comprometida com a formação de um indivíduo que compreenda as diferenças de classes encontrada na sociedade, e que mesmo advindo de uma realidade menos favorecida seja capaz de lutar, questionar e não permitir que essas situações permaneçam inertes, como se as condições deploráveis de vida existentes fossem características naturais da sociedade na qual se está inserido.

Isso remete a enfatizar mais uma vez um importante período de mudança da sociedade decorrido da consolidação do modelo industrial de produção e expansão do capitalismo. Segundo Toscano (2004, p. 157),

[...] vamos testemunhar um grande esforço das instituições educacionais no sentido de adaptar os sistemas escolares às novas exigências da sociedade. [...] tais mudanças não se esgotam no plano da filosofia e das técnicas pedagógicas, elas atingem o plano social político, na medida em que influenciam indistintamente todas as classes sociais e seus efeitos se desdobram no plano do poder.

Nesse cenário, ainda segundo Toscano (2004), duas vertentes teóricas ocasionaram o surgimento de doutrinas políticas adversas. A primeira, um teoria funcionalista, que teve por base o pensamento de Parsons, segundo o qual a escola estaria em favor do controle social, sendo um forte instrumento pelo qual se efetivaria a transmissão de valores morais, comprometendo-se em adaptar os jovens às “necessidades vitais de coletividade”. A outra vertente seria a do materialismo histórico, baseado no pensamento de Marx, o qual o defendia a teoria materialista da instituição escolar, partindo da concepção de que em sociedades capitalistas, a escola configura-se como uma “instituição de superestrutura ideológica”, tendo como função primordial corroborar com a reprodução do sistema e a hegemonia da classe capitalista sobre as classes subalternas da sociedade.

Ainda sobre a concepção materialista de educação Toscano (2004, p. 164) destaca:

[...] mesmo se cumprindo o ideal de abrirem-se as portas das escolas para todos, em qualquer nível, sempre haverá meios de se confirmarem e reproduzirem os privilégios de uma classe sobre outras, enquanto não se modificar, na raiz, a própria estrutura econômica e social que deu origem a tais privilégios.

De certa forma, a citação acima retrata uma realidade vivenciada no interior das escolas, mesmo existindo aquelas que se comprometem com uma formação a promover uma mudança social.

Evidentemente, compreende-se a preocupação dos defensores da concepção materialista, pois apenas o fato de oportunizar o acesso de todos à escola, não garantirá a permanência destes lá, nem o prosseguimento dos mesmos em seu processo educacional.

Ao saírem da escola, poderão até não compreender que nem sempre as oportunidades oferecidas pela sociedade são as mesmas, e que isso não será apenas resultado e/ou consequência de seu esforço e mediação da escola, mas de toda uma organização social que favorece a igualdade de oportunidades para todos.

Todavia, os que estão à frente das instituições escolares, ao construírem as propostas pedagógicas e missões das escolas, devem objetivar o melhor para o futuro da educação. Não é preciso, portanto, esperar que a sociedade primeiro se modifique ou que estabeleça uma nova ordem social menos excludente e de divisão de classes. Pelo contrário, a escola deve buscar uma reformulação de suas práticas e a partir daí influenciar as mudanças sociais. É o que Delval (1998, p. 29) apresenta:

[...] Embora esteja claro que existe uma dependência clara, uma inter-relação entre a escola a sociedade, não se trata de uma dependência total absoluta e mecânica, como nunca é mecânica a relação entre os fenômenos que se produzem no plano de superestrutura e da infraestrutura. Aqueles que sustentam o contrário esquecem que a consciência é um elemento de mudança social, embora ela seja definida pela própria sociedade. Isto é o que nos permite esperar que uma modificação na escola tenha influência na situação social e isso é que justifica a realização de reformas na escola sem que devamos esperar de braços cruzados que a sociedade se modifique para, só então, modificar a escola.

Vê-se com isso, que definir ou redescobrir a importância da escola enquanto instituição social está além de simples opiniões sobre o que está sendo ou não reproduzido nas escolas. Essa discussão está focalizada em níveis mais superiores de análise, ao passo que se investiga todo o modelo e a estrutura de sociedade existente, que implica encontrar-se entre os dois posicionamentos apresentados por Delval (1998) os quais foram citados anteriormente.

Há os que acreditam em que a mudança na escola será consequência das mudanças de ordem social, em contra partida aos que apostam em que se for

iniciado um processo de reforma na escola, este refletirá na sociedade. Gadotti (2001) defende que, se a escola se mantém omissa em relação à luta contra as divisões de classes e às diferenças existentes, sua função tende a restringir-se a uma escola classista e, conseqüentemente atende e favorece o privilégio de formação da classe dominante. Dessa forma, Gadotti (2001, p. 42) corrobora:

Para se chegar a uma *escola única*, intelectual, igual para todos, é preciso que essas diferenças sociais sejam superadas. [...] não temos apenas uma escola, mas muitas escolas, escolas que formam dominadores e escolas que formam dominados, escolas que formam para trabalhar nas fábricas e escolas que formam para dirigir a sociedade. [...] os legisladores não querem acreditar em que a escola é classista. Sem a destruição dessa ordem classista, não há escola igual para todos.

O que se tem de certo é que, enquanto instituição social gratuita, a escola pública atenderá indivíduos não só de classes diferenciadas economicamente, mas de diversas fontes históricas, culturais, ideológicas e étnicas e o que estará sempre em pauta serão as indagações sobre como atender esta diversidade de indivíduos que a constituem, cumprindo com a função social que lhe é atribuída.

Diante do que fora apresentado e discutido neste ponto, pode-se expor uma afirmação de Corrêa (*apud* Castanho, 2005, p. 140) ao afirmar que

A função social da escola não é a de redentora da sociedade, como já se pensou (e muitos ainda pensam), ou de reprodutora da sociedade (que leva a um pessimismo imobilizador), mas é sim uma das mediações para a transformação da sociedade.

Não se pode apenas acreditar em que a escola será por excelência a única instituição responsável pelas conseqüências das desigualdades e divisões existentes na sociedade, o que reduziria o papel de professores, por exemplo, a uma prática pautada na vocação tomada como sacerdócio. Por outro lado, é preciso ver na instituição escolar um instrumento de intercâmbio para que mudanças sociais ocorram. Se o pensamento dos que fazem educação for contrário a isto, a sua prática por vezes será vista como inerte e atrelada unicamente à tradição, já que não proporcionará pouca ou nenhuma mudança, não desenvolvendo assim, a função que é própria da escola: a social.

3 INCLUSÃO: a escola vista como espaço de diversidade

Inerente às discussões acerca do papel social que a escola tem a desenvolver enquanto instituição pública, estão os questionamentos sobre temas não tão novos, mas que são sempre polêmicos em termos de estudos e análises: a diversidade e a inclusão no interior das escolas.

À medida que a escola torna-se gratuita e laica, aberta para todos, observa-se que não mais se teria na escola um público homogêneo e de interesses paralelos, mas de interesses díspares, com indivíduos que precisam de inclusão social na escola em larga escala.

Por isso, quando as diferenças não são adequadamente trabalhadas na escola ou quando a instituição em sua organização pedagógica e funcional tende a privilegiar ou beneficiar apenas determinados grupos, haverá desrespeito à diversidade e à inclusão.

Segundo Mantoan (2006, p. 14), a escola por tempo dotou-se do

[...] formalismo da racionalidade e encheu-se de modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retraçados.

Nesse sentido, compreende-se que a escola tenha surgido da percepção de que se necessitava de uma instituição que pudesse sistematizar os conhecimentos produzidos pela sociedade, os quais não eram mais unilaterais. Não foi nesse primeiro momento que todas as classes e pessoas tiveram o direito de ingressar na escola, mas sim, pequenos grupos. Nesse período, a escola garantiria que as classes mais favorecidas tivessem de fato o acesso aos bens socioeconômicos e culturais produzidos nas gerações anteriores, não havendo até então, uma preocupação de garantir indistintamente esses bens às demais classes.

Outro aspecto a ser abordado é que a autora Mantoan enfatiza as mudanças ocorridas ao longo da história da escola e conseqüentemente a ruptura de modelos organizacionais e funcionais dessas instituições devido ao surgimento de novas concepções de sociedade, de homem e da própria escola. Com isso, essa instituição deve acompanhar ou estar também inserida nas transformações ocorridas nas

sociedades para que não fique aquém dos conhecimentos que os indivíduos que dela fazem parte, trazem da realidade vivenciada nos espaços externos das instituições escolares.

Além das diferenças sociais, étnicas, religiosas e de gênero, há essa diversidade epistemológica, sendo necessário abrir-se um espaço mais amplo para as reflexões acerca do conhecimento produzido, das ideias e teorias formuladas e das mudanças ocorridas com as mesmas.

Um terceiro e enfático ponto é que, como muda a sociedade, é preciso que igualmente a escola se modifique, e não somente acompanhe, mas dê suporte para que o indivíduo possa também atuar em um meio social diversificado. Sobre a ênfase no surgimento necessário de um sistema educativo de inclusão, Mantoan (2006, p. 14) acrescenta:

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana vem sendo cada vez mais desvelada e destacada e se tornando condição imprescindível para entendermos como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos.

A ênfase que a autora dá à diversidade como “condição imprescindível” de entendimento e compreensão do mundo e de si mesmo, confunde-se com a própria função social que a escola tem a desenvolver, proporcionando um ambiente socializador, desde os primeiros anos em que o indivíduo ingressa na mesma.

Em concordância com o argumento apresentado anteriormente, Delors (2003, p. 48) já expunha a seguinte afirmação :

A educação deve, pois, procurar tornar o indivíduo mais consciente de suas raízes, a fim de dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo, e deve ensinar-lhes o respeito pelas outras culturas. Há determinados ensinamentos que se revestem de uma importância fundamental a este respeito. [...] O conhecimento das outras culturas torna-nos, pois, conscientes da singularidade da nossa própria cultura e também da existência de um patrimônio comum.

Pode-se, com isso, afirmar que a exposição feita por Delors (2003) é a base para a compreensão do que venha a ser diversidade e de como a mesma ela está presente no interior das instituições escolares. Enquanto a sociedade é dotada desta vasta diversidade, as instituições escolares têm como um de seus papéis primordiais acolher os indivíduos pertencentes a essa sociedade diversificada. Considera-se,

portanto, a escola como um espaço de seres diversos os quais devem ser cordialmente incluídos.

Na obra “Educação: um tesouro a descobrir”, Delors (2003, p. 56) dá ênfase à educação como este meio de socialização e minimização das diferenças existentes na sociedade, e ainda ressalta a relevância em desenvolver-se uma educação para o pluralismo e conseqüentemente uma escola voltada igualmente para as questões citadas. Com isso o autor destaca:

Para dar à educação o lugar central que lhe cabe na dinâmica social, convém, em primeiro lugar, salvaguardar a sua função incluidora, combatendo todas as formas de exclusão. Há que conduzir, ou reconduzir, para o sistema educativo, todos os que dele andam afastados, ou que o abandonaram, porque o ensino prestado não se adaptava ao seu caso.

Partindo dessa ideia, está em questão uma das funções destinadas, desde o início, à educação (a escola), de ser um ambiente não somente de inclusão e inserção de indivíduos, mas também de pleno desenvolvimento. Isso não significa que necessariamente aqueles que saem da escola tendo todo o encaminhamento e orientações adequadas feitas terão a garantia de alcançarem êxito em seus projetos traçados ou obterão todos os bens, sejam culturais, sociais ou econômicos. A preocupação centra-se em que, se não há práticas educativas que garantam respeito à vivência através da diversidade e da inclusão de todos à escola, as disparidades e exclusões sociais tendem a se alastrar e as instituições escolares ficam à margem da função que deveriam executar.

Sobre como proceder a essa educação para o pluralismo, Delors (2003, p. 59) apresenta ainda detalhadamente o que será de incumbência da escola, defendendo que a educação para a tolerância e para o respeito do outro, sendo configurada como condição necessária à democracia, “deve ser considerada como uma tarefa geral e permanente”. Não sendo uma ação de ontem, de hoje ou futura que a escola tem a desempenhar, mas contínua tal qual o desenvolvimento dos indivíduos que a constituem. Desse modo, Delors (2003, p. 59) menciona:

E que valores e, em particular, a tolerância não podem ser objeto de ensino, no estrito sentido do termo: querer impor valores previamente definidos, poucos interiorizados, leva no fim de contas à sua negação, porque só tem sentido se forem livremente escolhidos pela pessoa. A escola pode [...] criar condições para a prática quotidiana da tolerância, ajudando os alunos a levar em consideração os pontos de vista dos outros e estimulando, por

exemplo, a discussão de dilemas morais ou de casos que impliquem opções éticas.

Caracterizar a escola como espaço de diversidade e inclusão é ideal, mas há muitas adversidades nesse processo. Primeiro porque nem sempre a escola acolhe a todos, “aos diversos”, mas cria meios de pôr-se acima destes, ou de fazê-los sentir que não são bem aceitos ou que os ideais defendidos em tal ambiente não são os mesmos que os seus. E segundo porque conviver com o pluralismo e com as práticas inclusivas não é supostamente ou tão somente aceitar que pessoas diferentes estejam num mesmo lugar mas, acima de tudo, que respeitem as escolhas umas das outras, suas limitações, suas potencialidades e sejam capazes de construir diálogos consistentes e democráticos sobre diferentes assuntos.

Expõe-se, até então, as características de uma escola que de fato configura-se como espaço de diversidade e inclusão a qual procura proceder junto à sociedade atual em consonância com um dos pilares da educação expostos por Diors (2003) – Aprender a conviver / aprender a viver juntos e em meio a esta aprendizagem, instruir-se sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca.

Pensar e defender uma escola do modo como vem sendo apresentado é confrontar-se antes com o que foi traçado por esta instituição, com o que a mesma defendeu ao longo dos anos, aliando-se aos interesses culminados pela sociedade da qual ela faz parte e ainda respeitando a diversidade e a inclusão, temas discutidos desde o século passado. Debruçar-se sobre o estudo de ambos é ainda adentrar em um campo de práticas novas, de mudanças gradativas, e mais ainda por simbolizar o que é acentuado por Mantoan (2006, p. 24)

O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, bem como suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e do diferente. [...] Talvez tenhamos de começar essa transformação por reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas, para que seja possível construirmos uma nova ética escola, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social e – por que não? – planetária!

As discussões sobre a escola, segundo os aspectos citados, remetem ainda a um estudo detalhado de seu modelo estrutural, organizacional e funcional o qual se relaciona com o currículo, com os projetos educativos, e também com a gestão escolar e a prática pedagógica na sala de aula.

Como apresentava Delors (2003), o compromisso com a inclusão social é mais que uma explicação do que venha a ser conviver com o diferente – e dos pontos de vistas defendidos, todos são diferentes - do que significa tolerância e respeito entre os diferentes grupos, é mais que uma explanação sobre o que é inclusão por que e como a mesma deve ser efetivada na escola sendo, antes de tudo, um processo de interiorização, de querer que de fato a escola se configure e se consagre desse modo: um espaço onde não somente a diversidade seja reconhecida, mas respeitada e, desse modo, criem-se mecanismos para que todos sejam inclusos adequadamente diante de suas potencialidades, interesses e limitações.

Observa-se que o projeto de educação e escola citados, assemelha-se ao plano de uma escola voltada para os direitos humanos e para a democracia, e esta deve, pois, respaldar-se em determinados princípios, valores e normas que façam cumprir a concretização do ideal de práticas inclusivas e de respeito à diversidade propagados. Refletindo sobre estes aspectos, Benevides (*apud* Teixeira, 2005, p. 147) cita alguns valores democráticos que fazem alusão ao respeito e aos direitos humanos que deveriam ser conhecidos e efetivados no interior dos espaços escolares:

[...] a virtude do amor à igualdade, [...] que se manifesta no sentimento político da igualdade de todos, com o conseqüente repúdio a qualquer forma de privilégio; [...] o respeito integral aos direitos humanos, cuja essência consiste na vocação de todos - independentemente de diferenças de raça, etnia, sexo, instrução, dignidade, o que traz explícito o valor da legitimidade; [...] o acatamento da vontade da maioria, legitimamente formada, porém com constante respeito aos direitos das minorias, pressupondo-se, mais uma vez, a aceitação da diversidade e a prática da tolerância.

Portanto, refletir e idealizar a escola como este espaço onde se efetivam atitudes de respeito e tolerância à diversidade e de práticas concretas de inclusão, é, pois, remeter ao sentido liberal de uma educação voltada para os direitos humanos, para a democracia e a formação do cidadão, e deste modo cumprir com a função social que lhe é confiada.

3.1 A função social do ensino concretizada na sala de aula:

Não há como falar de função social da escola, de inclusão, de educação para o respeito à diversidade e de pluralismo sem investigar se as práticas em sala de aula são coerentes com este projeto de escola. Os projetos educativos, o currículo, e os ideais da escola concretizam-se, portanto, no exercício cotidiano da prática educativa em sala de aula, já que é neste espaço que possivelmente ocorrerá um processo de interiorização de valores, de saberes, de produção de conhecimento, de formulação de hipóteses e, conseqüentemente, os processos de estreitamento ou de distanciamento entre os diferentes.

O pedagogo e professor Antoni Zabala (1998, p. 29) esclarece que para se fazer qualquer análise e/ou investigação da prática educativa, é antes necessário haver a “determinação das finalidades ou objetivos da educação”, os quais devem estar bem explícitos.

Será, pois, relevante determinar se a prática educativa condiz com o modelo de escola que se propaga e com a tendência pedagógica na qual a escola se norteia.

Nas tendências liberais, deveriam ser transmitidos valores respaldados em ordens, regimentos, cumprimentos de tarefas e formação para o mercado de trabalho produtivo, uma vez que a ênfase estava em fazer adequadamente o que era exigido pelo professor. Defendia-se ainda que se o aluno não alcançava os níveis de aprendizado esperados por falta de dedicação, empenho e esforço.

Por outro lado, nas tendências progressistas insurge o reconhecimento do aluno como agente em sua formação, onde então a ênfase não estaria mais unicamente no cumprimento de deveres, mas na construção mútua do aprendizado, na utilização de trabalhos em grupo, no respeito ao tempo e ao modo de aprendizagem de cada um, criando condições favoráveis a formação e aprendizagens significativas que preparam o aluno tanto para o exercício de tarefas, como para o mercado de trabalho e o convívio com a sociedade.

As tendências citadas de modo geral serviram para localizar a função do ensino em determinado tempo. Mas afinal, como esta função tende a se concretizar em sala de aula? O que é preciso ser organizado pela escola e pelos professores para que nas salas de aula não se exerça a função social que a escola tem a realizar? É preciso delimitar os momentos nos quais a equipe escolar refletirá e discutirá sobre as investigações citadas. Ao se fazer uma reflexão sobre o que foi

citado, pode-se questionar: como a função social da escola tem se caracterizado no interior das salas de aula?

Em sua obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa” (1996), Paulo Freire fez o esboço de algumas condições necessárias aos que estão à frente dos sistemas educativos e das salas de aula, as quais não são organizadas como receitas, mas como orientações necessárias à busca de uma prática educativa condizente com a formação do indivíduo. Freire (1996, p. 21 – 41) faz referência a não haver docência sem discência, à importância dessa interação entre professores, alunos e o conhecimento, apresentando diferentes exigências que sugerem a concretização dessa abordagem – não haver docência sem discência – na sala de aula. Tendo como base esse aspecto da prática educativa, Freire apresenta conclusões que se assemelham ao que vem sendo defendido sobre a função socializadora da escola e ainda sobre professores e educandos serem corresponsáveis no processo de ascensão da identidade cultural de cada um. Assim, Freire (1998, p. 41) destaca:

[...] Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos [...]

Se houvesse a necessidade de responder no momento qual seria a real função social do ensino, poder-se-ia tomar por base a afirmação apresentada por Freire anteriormente, a qual se refere à tarefa da docência tanto na construção dos conhecimentos diversos quanto na formação do indivíduo como ser pleno, e a relação deste com o outro e com a realidade na qual está inserido.

Citando mais uma vez o pedagogo Antoni Zabala em sua obra “A prática educativa, como ensinar” (1998) ao discorrer sobre a função social do ensino, apresentando a relevância de se definir o que se quer ensinar, por que e como.

Em síntese, tomar-se-á por apoio a definição que o mesmo expõe sobre a influência da atuação do professor frente ao ensino e a seus alunos e como o mesmo pode intervir na formação destes. Sobre isso, Zabala (1998, p. 28) apresenta primeiramente o sentido e a função de educar:

[...] Educar quer dizer formar cidadãos, cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas [...] A capacidade de uma pessoa para se relacionar depende das experiências que vive, e as instituições educacionais são um dos lugares preferenciais, nesta época, para se estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais.

Em consonância com o pensamento de Freire e dos outros teóricos citados, a ideia de educação e, conseqüentemente de ensino mencionada por Zabala não se dá isoladamente, nem tampouco em uma relação horizontal entre professor e aluno. As ideias dos respectivos autores fomentam uma discussão bastante reflexiva sobre a função social do ensino. A priori entende-se o social como aspectos e características próprias daqueles que convivem em sociedade, que têm adversidades, mas que aprendem a respeitar-se mutuamente, defendendo seus ideais de modo que não infrinjam os direitos dos outros. Já o ensino implanta valores de respeito à diversidade e ao pluralismo que estão intimamente ligados ao bem estar social.

Sobre a atuação do professor em meio ao que foi exposto, Zabala (1998, p. 28-29) expõe duas vertentes de ações, cada uma com características próprias, mas com resultados e conseqüências diferenciadas.

Nós, os professores, podemos desenvolver a atividade profissional sem nos colocar o sentido profundo das experiências que propomos e podemos nos deixar levar pela inércia ou pela tradição. Ou podemos tentar compreender a influência que estas experiências têm a intervir para o desenvolvimento e o amadurecimento dos meninos e meninas. Mas de qualquer forma, ter um conhecimento rigoroso de nossa tarefa implica saber identificar os fatores que incidem no crescimento dos alunos. O segundo passo consistirá em aceitar ou não o papel que podemos ter neste crescimento e avaliar se nossa intervenção é coerente com a ideia que temos da função da escola e, portanto, de nossa função social como educadores.

A questão de ensino não diz respeito somente à ação em sala aula, inclui-se também a organização de sistemas, de níveis e de modalidades. Todavia, foi preciso focalizar o espaço da sala de aula, para tornar-se próximo da prática educativa desenvolvida pelos professores. Resta saber até que ponto eles estão envolvidos com a dimensão social que sua ação tem na formação dos educandos. Sobre este ponto, Zabala expõe claramente na citação apresentada, o quanto o professor está comprometido com os saberes pedagógicos e com os conhecimentos a serem construídos com seus alunos.

Portanto, igualmente à função social da escola, a prática social dos professores e do ensino em sala de aula, submete-se à ideia de educação que se tem e ao comprometimento com a formação plena do indivíduo, sobretudo nos primeiros níveis de ensino, onde ocorrem os principais e mais significativos processos de formação.

4 MATERIAIS E MÉTODOS: caracterizando o campo de investigação

Tendo situado e construído uma análise sobre a função social da escola, em vista aos estudos de diferentes autores, fez-se necessário compreender se atualmente a efetivação do papel social da escola tem-se feito presente no interior dessa instituição e de que modo as práticas educativas tem contribuído para a formação pessoal e social do aluno, condicionando-o a ser agente e participe na construção e reconstrução da sociedade.

Com isso, além do embasamento teórico para o desenvolvimento desse trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo, tendo como universo de investigação três escolas de Ensino Fundamental, que atendem do 1º ao 9º ano, da cidade de Patos –PB, que aqui se denominou de “escola A”, “escola B” e “escola C”.

Escolas de Ensino Fundamental – Rede Estadual – Patos – PB
Total de alunos e docentes - 2014

ESCOLAS	TOTAL DE ALUNOS (6º AO 9º ANO)	TOTAL DE DOCENTES
Escola A	496	25
Escola B	554	25
Escola C	164	15
TOTAL	1.214	65

Realizou-se uma pesquisa mista – quantitativa e qualitativa – que visou à obtenção de dados estatísticos e/ou descritivos, favorecendo uma análise objetiva e subjetiva da problemática em pauta.

Para tanto, foram utilizados como instrumento de pesquisa, questionários aplicados a professores, alunos e pais das referidas escola. A amostragem foi constituída por dois professores de cada escola, sendo um professor das séries iniciais e um professor das séries finais de cada escola, totalizando seis professores, 5% dos alunos do 8º ano e 9º ano de cada escola e seus respectivos pais, totalizando onze alunos, sendo cinco alunos da “escola A”, três alunos da “escola B” e três alunos da “escola C” e onze pais.

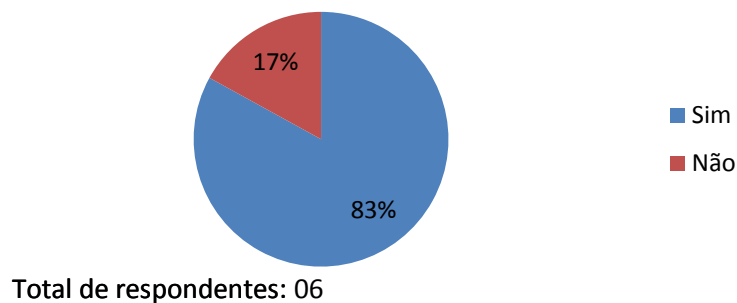
A estrutura dos questionários, seguida dos resultados e discussões bre os serão apresentados no próximo capítulo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: a função social das escolas públicas estaduais de Patos- PB

Com o intuito de facilitar a compreensão do leitor acerca de resultados e discussões do presente trabalho, as análises dos questionários serão apresentados por partes obedecendo à seguinte organização: professores, alunos e pais de alunos.

Dos professores:

Questão 01: conhece a missão da escola presente no Projeto Político Pedagógico?



A professora que respondeu não conhece a missão da escola presente no Projeto Político Pedagógico da escola, justificando-se porque a mesma está há pouco tempo atuando na escola, e por não ter tido ainda contato com o documento citado. Todavia, ela acrescentou que conhece o da escola onde lecionou anteriormente e que a dinâmica e a temática são “*praticamente as mesmas nas escolas estaduais*”. (Professora X das séries finais do ensino fundamental da escola A). Percebe-se de certa forma, que não houve uma preocupação em demonstrar ou apresentar à professora citada os princípios norteadores da escola, e mesmo tendo parâmetros em comum entre os projetos pedagógicos das demais escolas municipais, há de se considerar que as realidades socioculturais são distintas.

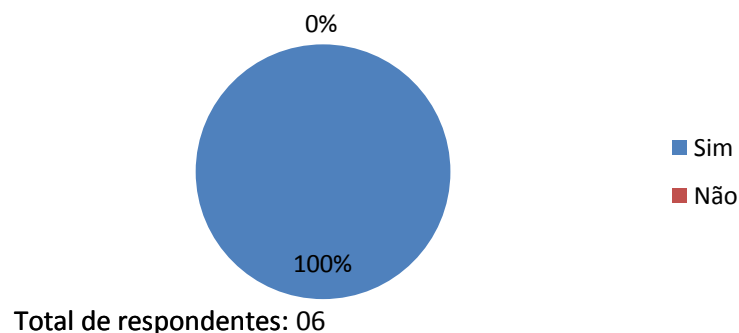
De um modo geral, predominou que a maioria conhece a missão da escola proposta pela PPP.

Questão 02: Sobre a função social da escola:

Nesta questão coube aos professores definir a função social da escola onde lecionam, tendo em vista o conhecimento da missão presente no Projeto Político Pedagógico. Em todas as respostas, registrou-se o destaque para a formação crítica do indivíduo e o seu preparo para a vida social. Dentre as respostas, houve aqueles que se preocuparam em definir:

- De fato a função social da escola: “... *comprometida em formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres*” (Professora X das séries finais do ensino fundamental da escola C)
- Em que instância a escola tem cumprindo essa função: “*tendo em vista a influência e as estruturas externas e internas, a função social tem ocorrido de forma regular, ainda não atingindo sua função social como deveria.*” (Professora X das séries finais do ensino fundamental da escola A);
- A forma de a escola exercer essa função: “... *colocando em prática não apenas conteúdos, mas formando alunos preparados para a sociedade*”. (Professora X das séries iniciais do ensino fundamental da escola A).

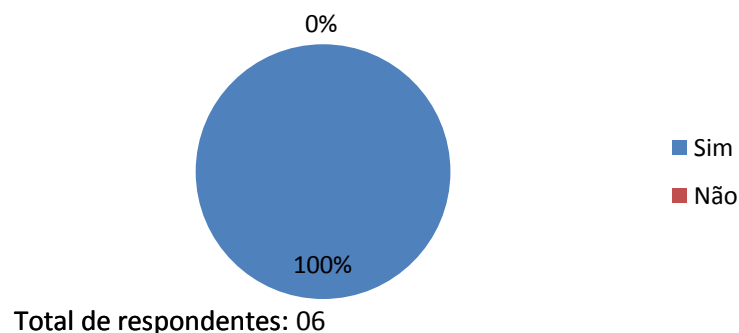
Questão 03: O currículo desenvolvido na escola contribui para a formação cidadã do aluno?



Acrescido ao questionamento de número 03, perguntou-se então aos professores de que forma o currículo contribui para a formação cidadã do aluno. Alguns professores citaram que articulando os conteúdos pedagógicos aos acontecimentos cotidianos. Já outros viram o referido questionamento de forma restrita, citando que: “... *a escola faz sua parte, cabendo ao aluno fazer a dele*”,

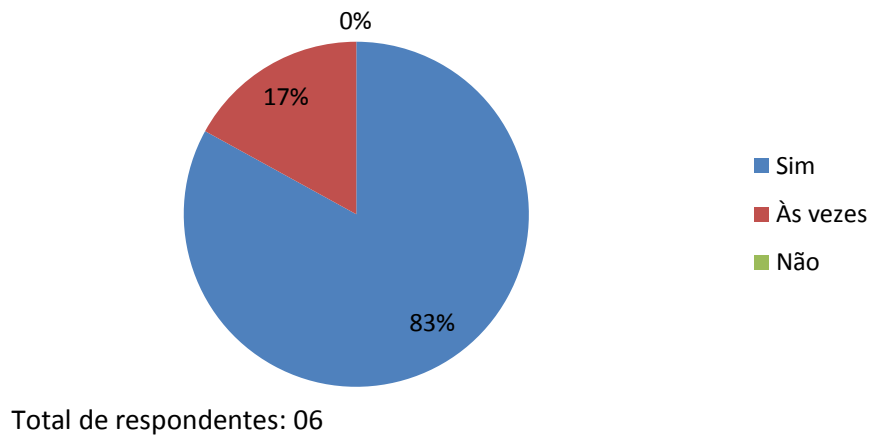
(Professora X das séries iniciais do ensino fundamental da escola C), não explicitando, por exemplo, que “parte” exatamente é feita pela escola nesta formação do educando para a cidadania. Houve professores que compreendiam o currículo como auxiliar nos ideais e nas ações que a escola tem a desenvolver, acrescentando que: *“Diante do currículo, buscamos novas fontes de informação e diferentes meios para favorecer uma formação geral para o aluno”*. (Professora X das séries iniciais da escola B). Houve respostas ainda que mostravam a convicção de que a escola estava formando os educandos para a cidadania, justificadas pela seguinte afirmação: *“Porque formamos cidadãos preparados para a vida”*. (Professora X das séries iniciais da escola A).

Questão 04: Participação nas formações continuadas desenvolvidas pela Escola/Gerência de Ensino:



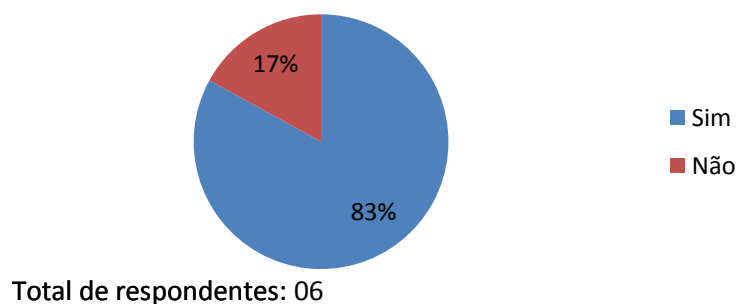
Vê-se que são abertos espaços para que os professores participem dos momentos de formação continuada, reconhecendo-os como valiosa oportunidade de estudar, de refletir e de buscar novos caminhos para a prática pedagógica, uma vez que afirmaram participar desses eventos. Comentaram ainda que veem nos encontros de formação continuada um instrumento para trocarem ideias de acordo com as realidades vivenciadas por cada um, e ainda ressignificarem sua prática e até mesmo o sentido da docência.

Questão 05: Nas formações são disponibilizadas aos professores informações e estratégias voltadas para práticas de respeito à diversidade na escola?



A considerável maioria dos professores informou que são disponibilizadas apostilas de estudos, realizadas palestras e executados projetos que favorecem a reflexão citada na questão. Exceto uma professora, os demais docentes afirmaram que nem sempre são disponibilizadas informações e estratégias acerca do trabalho a ser desenvolvido respeitando a diversidade e as práticas inclusivas. Mesmo assim, afirmaram ser um desafio constante realizar uma prática educativa de inclusão.

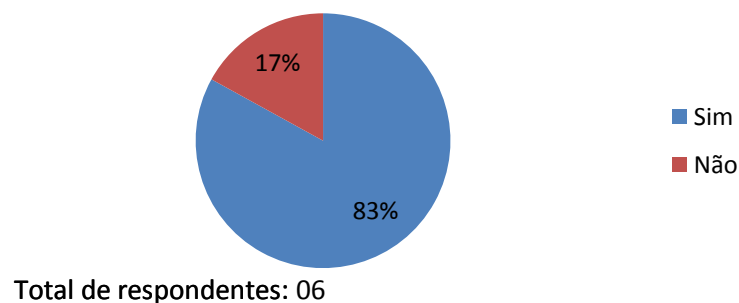
Questão 06: A escola pode ser um instrumento de mera reprodução da realidade social existente?



A maioria das professoras informou que sim, que a escola pode contribuir para perpetuar a reprodução da realidade social existente, destacando que: *“A escola tem reproduzido, historicamente a sociedade existente, no entanto ela pode*

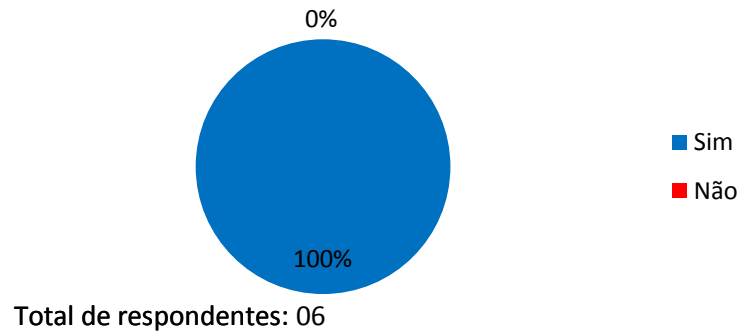
minar as estruturas existentes, mostrando que a sociedade pode mudar esta realidade. Mas ela ainda é reprodutora da sociedade em cada fase da história.” (Professora X das séries finais do ensino fundamental da escola A). Observa-se, segundo a opinião das docentes, que a escola sempre esteve e está situada em um contexto histórico e que condiciona determinada prática, podendo desse modo, apenas reproduzir a realidade vivenciada. Porém, há esperança de que ela possa incitar mudanças nesse sentido. A resposta negativa em relação à questão apresentada, sugere uma ideia de que a escola esteja indiferente à realidade na qual está inserida.

Questão 07: A escola pode contribuir como meio de transformação da realidade social excludente?



Para a análise dessa questão, cabe destacar um depoimento no qual uma professora faz até uma sugestão de como a escola pode contribuir com o que foi apresentado na questão: *“Pode, embora, não tenha conseguido ainda. Por meio de uma educação libertadora, ela pode superar as estruturas conservadoras e formar cidadãos críticos.”* (Professora X das séries finais do ensino fundamental da escola A). Percebe-se que há os que acreditam em que a transformação da sociedade baseia-se essencialmente na construção crítica do indivíduo. Outros acrescentaram que a escola constitui-se em um meio de transformação à medida que os investimentos para com a mesma sejam postos em primeiro plano, semelhantemente ao que ocorre no Japão e na Coreia do sul (Professora X das séries finais do ensino fundamental da escola B).

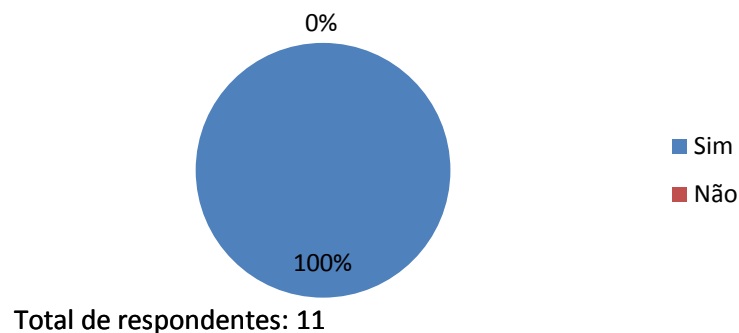
Questão 08: O nível de aprendizagem dos alunos tem correspondido às suas expectativas?



Em resposta ao que lhes foi perguntado, mostraram-se satisfeitos com o nível de aprendizagem de seus alunos, considerando-se a simplicidade financeira destes, bem como a realidade social difícil em que vivem. Não obstante isso aconteça, os alunos ainda conseguem assimilar algo nas aulas.

Dos alunos:

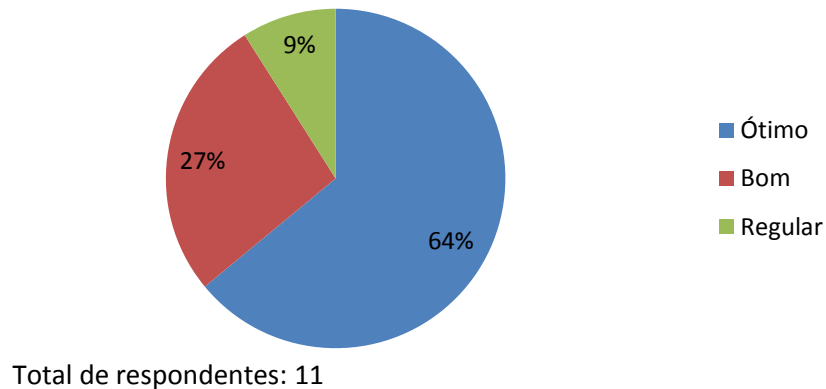
Questão 01: A escola tem atendido suas expectativas?



O que se pode perceber com a opinião dos alunos no que diz respeito à escola está atendendo ou não as suas expectativas, é que alguns deles apesar de destacarem algumas insatisfações em relação a escola – como ver-se-á na questão seguinte -, acreditam em que a mesma tem correspondido aos objetivos por eles traçados. As expectativas, segundo os alunos, representam as condições que a

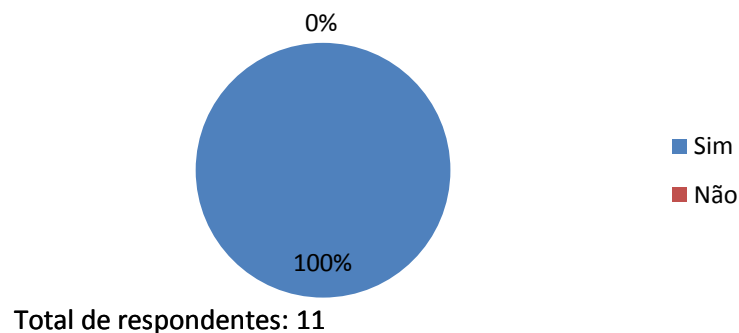
escola tem proporcionado para que os mesmos tenham continuidade no seu processo de escolarização.

Questão 02: Qual o seu nível de satisfação com a escola?



Como citado na questão anterior, embora todos os alunos considerem suas expectativas atendidas pelas escolas, uma parcela significativa dos respondentes classificou o nível de satisfação como **regular**, exigindo certa atenção daqueles que são responsáveis pela organização e funcionamento das escolas, conforme identificado na questão 04.

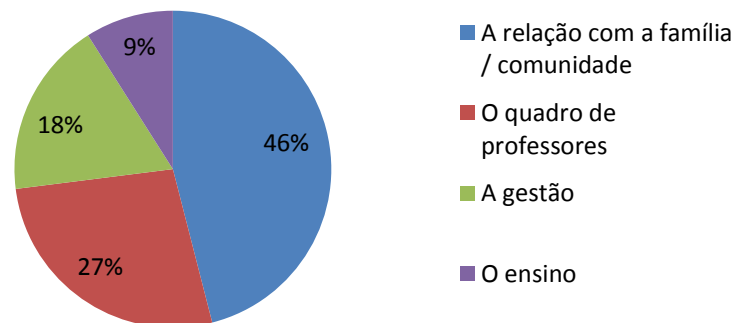
Questão 03: Em sua opinião, a aprendizagem proporcionada pela escola tem contribuído para a sua formação pessoal e social?



Sobre a questão 03, os alunos foram questionados ainda, sobre o modo como a aprendizagem proporcionada pela escola tem favorecido a formação pessoal e

social dos mesmos. Em relação ao que fora respondido, percebeu-se que os alunos compreenderam como “modo” a forma de os professores ensinarem os conteúdos próprios das disciplinas, de intercalarem as aulas com temas transversais como Ética e Cidadania, destacando ainda as orientações dadas pelos professores no decorrer das aulas, como cita a aluna X do 8º ano do ensino fundamental da escola : *“contribuindo com meu aprendizado e com minha educação no geral, como por exemplo, ensinando a ser solidária e a cuidar bem das coisas da escola. Outro acrescenta: “Conversando conosco e ensinando o que não devemos fazer de mal na vida .”* (Alunos Y do 8º ano do ensino fundamental da escola A). Desse modo, por meio de sua exposição, os alunos acreditavam em que sua formação pessoal estaria interligada à sua formação individual.

Questão 04: Em sua opinião, o que precisa melhorar nas escolas?



Nas duas respostas mais significativas, veem-se a escolha pela melhoria do quadro de professores e a necessidade de melhorar a relação da escola com a família e a comunidade.

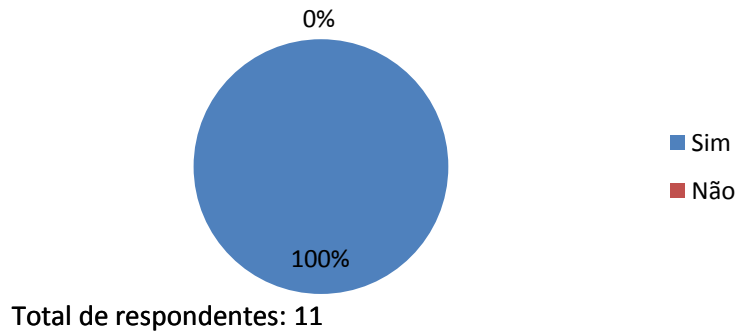
Com base nisso, percebe-se que a atenção não está voltada para a substituição dos professores, uma vez que, os alunos demonstram ter um convívio e uma relação de satisfação com os mesmos, mas destacavam a prática por vezes obsoleta de algum desses.

Percebe-se um desejo de que a escola procure se relacionar mais com a família e a comunidade.

Em seguida, confrontar-se-á os dados por ora apresentados, com as impressões deixadas também pelos pais dos alunos.

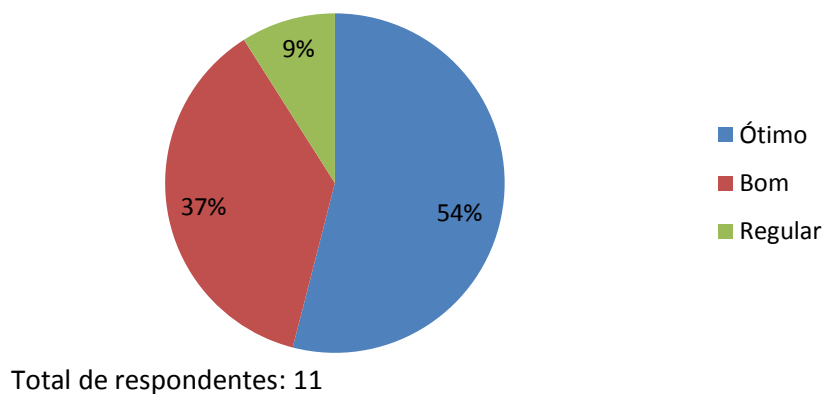
Dos pais:

Questão 01: A escola tem atendido às suas expectativas?



Em relação a estes dados apresentados pelos pais, viu-se uma consonância com o que fora apresentado pelos seus filhos. Todavia nas questões posteriores será perceptível que mesmo a escola tendo atendido a expectativa desses integrantes – pais e alunos –, ainda lhes apresenta aspectos que possam ser melhorados, percebendo-se que essas expectativas são colocadas de um modo geral, não tratando os diferentes componentes da escola isoladamente.

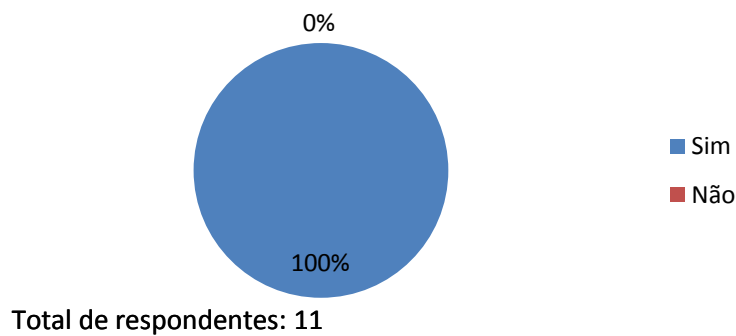
Questão 02: Qual o seu nível de satisfação com a escola?



Dentre os resultados apresentados, vê-se que a maioria dos pais apresentam grande satisfação com a escola como um todo, já que as respostas mais

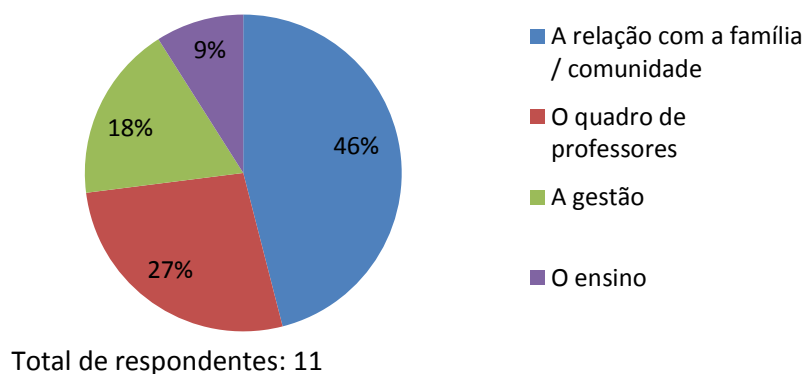
significantes estiveram entre os níveis bom e ótimo. Percebe-se ainda, uma diferenciação da opinião dos pais em relação aos seus filhos, tendo em vista o percentual maior dos presentes entrevistados em considerarem o bom nível de satisfação com a escola.

Questão 03: Em sua opinião, a aprendizagem proporcionada pela escola tem contribuído na formação pessoal e social do seu filho?



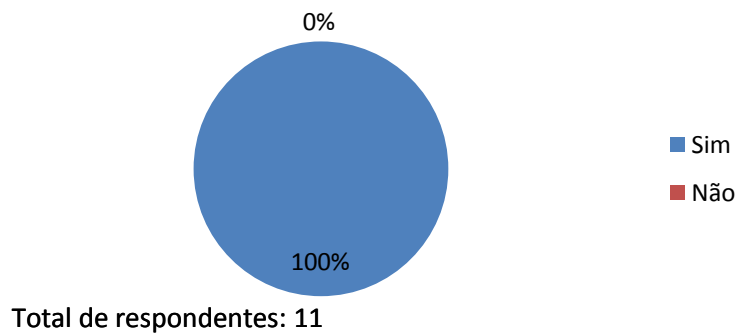
Em consonância ao que foi apresentado pelos alunos, os pais acreditam em que a aprendizagem que a escola tem proporciona tem favorecido a formação pessoal e social de seus filhos, justificando sua resposta com afirmações como *“Ajudando a ter um futuro melhor, ensinando o que é certo e errado aos meus filhos.* (Mãe de aluno y da escola B). Outros pais expuseram a parceria que a escola exerce em promover a educação de seus filhos ao dizer: *“Contribui ajudando na educação de nossos filhos”.* (Mãe de aluno Z da escola A)

Questão 04: Em sua opinião, o que deve melhorar na escola?



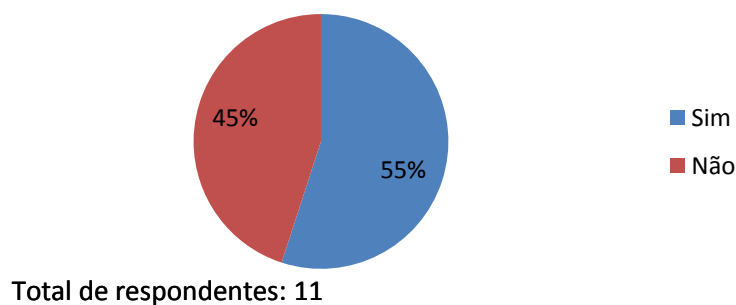
Igualmente aos alunos, pelos dados obtidos, pode-se perceber que os pais acreditam em que a escola deve favorecer melhor relação e interação com a família e a comunidade. Embora no ponto seguinte, seja apresentado que mesmo os pais sendo convocados a participarem de encontros na escola, justificam não participar devido a não disponibilizarem de tempo para tal participação, dentre outros fatores não expressos.

Questão 05: Você tem sido convocado e/ou participado de atividades da escola?



Os pais responderam positivamente à questão de serem convidados pela escola a participarem de eventos na mesma. Por outro lado, como citado na questão anterior há pais que não podem ir à escola de acordo com os dias e horários de convocação para participar de tais eventos como cita o pai de aluno X da escola A: *“Sou convocado, porém raramente participo, pois moro muito longe da escola”*.

Questão 06: Você sabe informar se é existente o Conselho Escolar nesta instituição e quem participa dele?



Pode-se considerar que praticamente metade dos pais sabem informar sobre a existência do Conselho Escolar na escola – importante organização que deve envolver toda a comunidade escolar, inclusive os pais – enquanto que a outra metade não soube se posicionar em relação aos mesmos. Mesmo os pais que responderam que sim, não conseguiram definir qual seja o papel do Conselho Escolar, podendo-se justificar esta falta de conhecimento devido à ausência desses pais nos encontros desenvolvidos pela escola, para os quais são convidados mas não estão presentes.

6 CONCLUSÃO

A culminância deste trabalho pode, pois, ser principiada com uma das causas ou intenções para o desenvolvimento do mesmo. Para isso, elucida-se uma afirmação de Teixeira *apud* Gallo (2007): “A escola deve ser agente da contínua transformação e reconstrução social, colaboradora da constante reflexão e revisão social frente à dinâmica e mobilidade de uma sociedade democrática”. Sendo assim, não há como conceber a ideia de escola, e em se tratando do campo de investigação estudado – escola pública – fora de um contexto sociocultural e histórico, ainda que as práticas existentes nestas mostrem-se imparciais à sociedade na qual está inserida.

Constatou-se, por meio da construção deste trabalho, tanto no estudo bibliográfico quanto na pesquisa de campo, que a escola pode configurar-se como importante agente de perpetuação de uma sociedade excludente ou, na busca pela transformação da mesma, acreditando em que tais posturas dizem respeito à formação que a escola tem propiciado aos que dela fazem parte.

Percebeu-se também que as discussões acerca da formação para a cidadania oportunizada nas instituições escolares, tomam maior dimensão uma vez que as exigências da sociedade também são intensificadas. Ao passo que se afirma a necessidade de indivíduos preparados e competentes para atuarem no mercado de trabalho, esperam-se igualmente indivíduos críticos e partícipes, construtores de sua história sociocultural. Em meio a este misto de exigências, sente-se de forma mais significativa a importância de a escola definir o papel que está ocupando na formação dos sujeitos citados, implicando diretamente nas ações e atividades a serem exercidas.

Em relação ao que fora citado, no campo de investigação abordado, foi notório, sobretudo ao questionar-se sobre a missão da escola, que aos respondentes lhe custava um período de reflexão, de espera, como se ao certo não compreendessem a missão a ser desenvolvida pela escola da qual fazem parte. Reflexão esta que remetera ao entendimento de que alguns se sentiam inseguros em responder algo que não correspondesse ao que o pesquisador estava questionando, e por outro lado, houve aqueles que se colocavam como agentes do desenvolvimento dessa função social e refletiam o que eles estão realizando para a concretização desta.

O momento de resolução dos questionários aplicados aos professores e alunos, foi ainda oportuno, por ter havido um contato pessoal com os respondentes na ocasião das respostas, abrindo-se ainda um diálogo e discussão sobre os questionamentos, justificando-se as hipóteses apresentadas.

Ainda sobre uma análise geral, constatou-se, a partir do que foi respondido nos questionários aplicados no campo de investigação, ser indispensável que a escola promova reuniões, nas quais abordem as diretrizes pelas quais irá nortear suas ações e que se integre mais com a comunidade. Estes são pontos a serem repensados, tendo em vista os resultados obtidos.

O momento no qual a escola reflete e discute sobre essas temáticas, é visto como meio ineficiente por alguns docentes.

O título do presente trabalho já remete a uma ampla reflexão e investigação sobre o cumprimento da função social da escola, comprovado por meio de uma amostragem que proporciona na discussão uma visão geral sobre a temática.

Pretendeu-se também investigar se a escola tem favorecido a inclusão de seus alunos, se tem desenvolvido uma prática de respeito à diversidade e se tem favorecido aos seus alunos o acesso aos diferentes saberes didático-pedagógicos, intercalando este discurso com uma formação para a cidadania.

Sobre a resposta ao questionamento feito anteriormente, pode-se dizer que a escola ainda encontra-se aquém na efetivação da aprendizagem diante da importante função social que deve desenvolver. Um dos fatores que tem levado à ineficácia da escola em relação ao desenvolvimento de seu papel social é que, tanto a educação como seus atores estão em constante processo dinâmico, constituindo-se seres *inconclusos*, com realidades diversificadas e interesses individuais e coletivos que se confrontam. Com isso, as instituições escolares ainda não conseguiram acompanhar a complexidade desse processo, ou não têm buscado meios para isso.

Desse modo, veem-se duas características de uma atuação por vezes inerte da escola no tocante às implicações sociais para o cumprimento real de sua função: a escola tenta realizar pequenos passos de mudanças, ou acredita em que sua função restringe-se a favorecer o ingresso de todos em um sistema de ensino que proporcione ao aluno unicamente a continuidade de sua escolarização.

Com isso, o que se pôde considerar de forma sintetizada por meio do desenvolvimento deste trabalho, é que a escola de modo geral, para desenvolver a

função social que lhe é própria, tem precisado de se reunir de forma mais significativa com a equipe que a compõe, explicitando o currículo escolar de modo direcionado aos integrantes da escola. Para tanto, desenvolvendo ainda uma gestão democrática e se fazendo mais presente na comunidade por meio de ações de coparticipação, tendo em vista que os educandos são advindos da sociedade e a ela retornam. Desse modo, a escola procura se redescobrir, melhorando o desempenho da sua função enquanto instituição social.

REFERÊNCIAS

CASTANHO, Maria Eugênia Montes. O professor e os problemas educacionais atuais: teorias e perspectivas. In: ALMEIDA, Malu (Org.) **Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas**: para além da mercadorização do conhecimento. Campinas: Alínea Editora, 2005.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. 8 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, 2003.

DELVAL, Juan. **Crescer e pensar**: a construção do conhecimento na escola. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Artmed, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**: Introdução à Pedagogia do Conflito. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ **Histórias das Ideias Pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

GHIRALDELLI Júnior, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

GALLO, Anita Addas. **Anísio Teixeira**. Centro de Referência Educacional. Consultoria e Acessória da Educação e Sociedades, 2007. Disponível em : <http://anisioteixer.htmcmpc-pia-de-gelo110hbtn>. Acesso em 12/05/2014.

PASSOS Júnior, Dílson Passos. Pioneiros: convergências e divergências na interpretação dos ideais da Educação e Sociedade. **Revista de Ciências da Educação**, Lorena, Ano 05, n. 8, p. 133 – 156, jun. 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 19. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Elglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

SACRISTÁN, José Gimeno. **A educação Obrigatória**: Seu sentido educativo e social. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

SAVIANI, Demerval. **A história da escola pública no Brasil**. Revista de Ciências da Educação, Lorena, Ano 05, n. 8, p. 185 – 201, jun. 2003.

TEIXEIRA, Beatriz Basto. Escola para os direitos humanos e a democracia. In: SCHILLING, Flávia. (Org.) **Direitos humanos e educação**: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.

TEDESCO, Juan Carlos. **Sociologia da Educação**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

TOSCANO, Moema. **Introdução à Sociologia Educacional**. 12. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Senhor (a): _____

RG: _____

Solicito sua autorização, a fim de colaborar com a realização de uma pesquisa nesta instituição, cujo título é “**A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA**”, com para obter dados referentes à quantidade de escolas estaduais da cidade de Patos, subdividindo esses dados da seguinte forma: Em quantas escolas são desenvolvidas as séries iniciais do ensino fundamental? Em quantas são desenvolvidas somente as séries finais do ensino fundamental? E em quantas se desenvolvem todas as séries do ensino fundamental? O objetivo é, após obter-se o total de escolas com as seguintes séries, fazer-se uma amostragem de pesquisas nas escolas, de modo a converter-se em número significativo para a elaboração do trabalho dissertativo citado, enquanto exigência acadêmica para a conclusão do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, não sendo necessário que seja respondido nenhum tipo de questionário além das questões apresentadas anteriormente.

Agradeço sua colaboração.

Pesquisador (a)

Eu concordo em contribuir com esta pesquisa, prestando informações que foram solicitadas.

Assinatura do (a) Profissional Entrevistado (a)
Representante da 6ª Gerência de Ensino da Paraíba

APÊNDICE B
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Caro (a) Gestor (a) Escolar _____

RG: _____

Solicito seu consentimento para a realização desta pesquisa, cujo título é “**A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA**”, com a finalidade de subsidiar a elaboração do trabalho dissertativo enquanto exigência acadêmica para conclusão do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. Este estudo tem por objetivo “Explicitar a prática educativa desenvolvida nas escolas estaduais do ensino fundamental na cidade de Patos – PB, tendo em vista uma análise da função social da escola e suas implicações sociais na formação do aluno”. Para realizar este trabalho, é necessário o preenchimento de um questionário com os professores, alunos e pais de alunos desta Instituição de Ensino no intuito de levantar a opinião dos entrevistados acerca da temática do referido estudo. Durante a pesquisa, o (a) senhor (a) poderá obter respostas para qualquer pergunta ou esclarecimentos sobre qualquer dúvida ou procedimentos e outros assuntos relacionados ao estudo. Terá a liberdade de desistir, em qualquer momento, de participar da pesquisa, sem constrangimento nem prejuízo para o seu trabalho nesta IES. Terá ainda garantia de sigilo de sua identidade e das informações recebidas.

Sua participação é voluntária. Conto muito com a sua colaboração.

Pesquisador (a)

Eu concordo em disponibilizar a Instituição que represento e a participação dos sujeitos acima citados nesta pesquisa, prestando as informações que forem necessárias.

Assinatura do (a) Profissional Entrevistado (a)

APÊNDICE C**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor (a): _____

RG: _____

Solicito sua participação nesta pesquisa, cujo título é **“A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA”**, com a finalidade de subsidiar a elaboração do trabalho dissertativo enquanto exigência acadêmica para conclusão do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. Este estudo tem por objetivo “Explicitar a prática educativa desenvolvida nas escolas estaduais do ensino fundamental na cidade de Patos – PB, tendo em vista uma análise da função social da escola e suas implicações sociais na formação do aluno”. Para realizar este trabalho, é necessário o preenchimento de um questionário no intuito de levantar a sua opinião sobre a temática explícita no referido título da pesquisa. Durante a pesquisa, o (a) senhor (a) poderá obter respostas para qualquer pergunta ou esclarecimentos sobre qualquer dúvida ou procedimentos e outros assuntos relacionados ao estudo. Terá a liberdade de desistir, em qualquer momento, de participar da pesquisa, sem constrangimento nem prejuízo para o seu trabalho nesta IES. Terá ainda garantia de sigilo de sua identidade e das informações recebidas.

Sua participação é voluntária. Conto muito com a sua colaboração.

Pesquisador (a)

Eu concordo em participar desta pesquisa, prestando as informações que forem necessárias.

Assinatura do (a) Profissional Entrevistado (a)

APÊNDICE D
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

QUESTIONÁRIO – PROFESSORES
A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

1 Você conhece a missão da sua escola presente no Projeto Político Pedagógico?

() Sim

(.....) Não

2 Como você definiria a função social de sua escola?

3 O currículo desenvolvido na escola contribui para a formação cidadã do aluno

() Sim - Justifique

(.....) Não

4 Você participa das formações continuadas desenvolvidas pela Escola/Secretaria de Educação?

() Sim

(.....) Não

5 Nestas formações, são disponibilizadas aos professores informações e estratégias voltadas para práticas de respeito à diversidade na escola?

() Sim – Como? Quais?

(.....) Não

6 Você considera que a escola pode ser instrumento de mera reprodução da realidade social existente?

() Sim – Como?

(.....) Não

7 Você acredita que a escola pode contribuir como meio de transformação da realidade social excludente?

() Sim – De que modo?

(.....) Não

8 O nível de aprendizagem dos alunos tem correspondido a suas expectativas?

() Sim - Justifique

(.....) Não

Assinatura do (a) Profissional Entrevistado (a)

Pesquisador (a)

APÊNDICE E
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

QUESTIONÁRIO – ALUNOS
A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

1 A escola tem atendido suas expectativas?

Sim

Não

2 Qual o seu nível de satisfação com a escola?

Regular

Bom..... Ótimo

3 Em sua opinião, a aprendizagem proporcionada pela escola tem contribuído para a sua formação pessoal e social?

Sim – De que modo?

Não

4 Em sua opinião, o que precisa melhorar na escola:

O ensino

O quadro de professores

A gestão

A relação com a família / comunidade

Entrevistado (a)

Pesquisador (a)

APÊNDICE F

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARESQUESTIONÁRIO – PAIS DE ALUNOS
A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

1 A escola tem atendido suas expectativas?

Sim Não

2 Qual o seu nível de satisfação com a escola?

Regular Bom..... Ótimo

3 Em sua opinião, a aprendizagem proporcionada pela escola tem contribuído para a sua formação pessoal e social de seu filho

Sim – De que modo? Não

4 Em sua opinião, o que precisa melhorar na escola:

- O ensino
 O quadro de professores
 A gestão
 A relação com a família / comunidade

5 Você tem sido convocado a participar de atividades na escola?

Sim Não

6 Você sabe informar se é existente o Conselho Escolar nesta instituição e quem participa dele? Caso sua resposta seja **sim**, você sabe o papel do Conselho Escolar? Informe.

Sim Não

Entrevistado (a)

Pesquisador (a)